

# ARQUITECTURA CONTEMPORÂNEA EM TERRA, PRECISA-SE!

**António Borges Abel\* Dr. Arquitecto**

Professor Auxiliar do Departamento de Arquitectura  
Universidade de Évora,  
Largo dos Colegiais, s/n, 7000 Évora, PORTUGAL  
Telefone +351 960 195 962  
e-mail: [aborgesabel@uevora.pt](mailto:aborgesabel@uevora.pt),

**Contemporaneidade, Tecnologia, Divulgação**

PONENCIA.

Como é por todos sabido, a emergência tecnológica no séc. XIX se, por um lado, teve como efeito primeiro as migrações do campo para a cidade, por outro lado teve como consequência a densificação desta, em condições que a classe dominante, se bem que em parte nutrida de sentimentos caridosos, se apressou a reverter em seu favor, fosse através da construção de edifícios/bairros (p.e., as “mietkasernen” de Berlim ou Vilas Operárias de Lisboa) cujo objectivo era, primordialmente, a obtenção do lucro através do aluguer de habitações cuja área em nada se assemelhava àquelas que os seus habitantes – o proletariado urbano – tinha deixado no campo, quanto mais não fosse pelo espaço “público” utilizável.

Também é do nosso conhecimento os esforços que uma parte significativa dos intelectuais fizeram para banir as condições físicas degradantes que se viviam nos “slums”, enveredando por propostas de “garden-cities”, constituídas por parcelas individualizadas, de onde a “promiscuidade moral” seria banida devido àquela individualização e à recuperação de um conceito romântico de que a semelhança entre o meio urbano e o meio campestre favorecia o retorno a uma aparente “moralidade” reinante no campo.

Obviamente que este novo conceito de “garden-cities”, precursoras das cidades-satélite de meados do séc. XX, só pôde ver a luz do dia se apoiado nas novas tecnologias, entre elas o caminho-de-ferro, verdadeiro motor desta “revolução verde”. I.e., além de permitir deslocações de e para a cidade, de e para o local de trabalho, garantia um outro objectivo mais prosaico: o desaparecimento dos “slums” que, entretanto, iam envolvendo e asfixiando a cidade burguesa, a “paz moral” na cidade burguesa herdada do séc. XVIII, o crescimento da mais-valia dos terrenos deixados vagos por aqueles “slums” e, também importante, o controle social das massas proletárias, entretanto transformadas em promitentes proprietários das edificações ali construídas, mesmo que indefinidamente subjugadas pelo verdadeiro proprietária da terra.

As teorias keynesianas da divisão do trabalho permitiram a Henry Ford, pela sua aplicação “à la lettre”, não só multiplicar os seus lucros como, também, um novo meio de transporte. Mais “democrático”, mais poluidor e, sobretudo, mais individualista, i.e., afastando cada vez mais os seres, tornando inoperante, pela via desse afastamento e aburguesamento, qualquer ideia ou tentativa de acções de protesto colectivas.

Se para nós é um dado adquirido que o automóvel, transporte individual, é um dos factores que mais contribuem para o desequilíbrio ecológico actual (seja por via directa, seja por via indirecta), para as cidades ele foi o verdadeiro “toque a finados”, naquilo que a cidade

encerra como conceito: local de concentração humana, local de fronteira entre o Caos e Cosmos, parafraseando Eugénio Trías.

O automóvel, ao facultar deslocações cada vez mais fáceis no território, foi pulverizando a antiga cidade, mesmo as “garden-cities”, dando lugar à “cidade difusa” (F. Indovina) onde grupos de maior status económico se “acastelam” em condomínios privados, vigiados, fortemente armados. Talvez nos reste, enquanto arquitectos, entendida a profissão com uma fortíssima responsabilidade social, pensar, projectar, construir para as classes/grupos menos favorecidos: i.e., fazer a habitação social e o espaço público, enquanto não for totalmente privatizado. Mas também nos cabe lutar contra a predação do território, transformado através do veículo individual, numa imensa “cidade”, sem limites (e na ausência de fronteira/limite não há lugar à troca, à contaminação, ou seja, ao progresso, ao avanço), consumidora de recursos energéticos e, cada vez menos, lugar de congregação de esforços dos cidadãos no sentido do desenvolvimento colectivo e individual.

### **Os materiais e a Arquitectura tradicional face às pressões do desenvolvimento**

À semelhança de outros países onde a emigração se fez sentir fortemente, em Portugal sabemos o que significa, socialmente, o epíteto “casa de emigrante”. E não me refiro à forma: umas mais “chalêt” suíço, outras mais “maison” francesa. A forma é, em certa medida, uma manifestação do habitante fronteiriço, resultado daquilo que absorveu mas, também, resultado daquilo que deu da sua cultura ao outro com quem contactou, sendo exemplos as “pombas” (telha terminal dos rincões) trazidas da China/Japão para Portugal ou a palavra “arigatô” (o obrigado português transposto para o japonês).

Mais do que o hibridismo ou a afirmação formal, a “casa de emigrante” é a afirmação social da mudança de estatuto económico. E essa necessidade de mostrar ascensão económica, se é visível no automóvel vistoso e caro, na casa manifesta-se pela recusa das formas, e principalmente materiais, que possam estar – ou ser lidos – associados à condição anterior: a pobreza.

Se falarmos então daqueles que nunca emigraram mas que puderam ascender economicamente, verificamos que são sujeitos a dois tipos de pressão social:

- uma resultante da pressão dos promotores imobiliários, apelando fortemente a imagens que foram retidas no sub-consciente, seja de *motu* próprio, seja por via da pressão familiar ancestral ou da pressão do meio social anterior à mudança de “escalão económico” e, como consequência, assistimos à procura/compra de casas cuja forma evoca, mesmo que paradoxalmente nesta sociedade que democratizou o acesso ao dinheiro, um certo ar aristocrático quer pelos beirados, quer pelas falsas pilastras (em argamassa), quer pela profusão de pequenos vidros nas janelas (como se a tecnologia não pudesse fazer maiores), quer pelas cores (os aristocráticos rosa-velho ou ocre), quer ainda pelos acabamentos interiores (o azulejo industrial mas com aparência de produção artesanal); mais exemplos há, mas estes são suficientes para ilustrar o que afirmo;
- outra resultante da “democratização” das revistas de arquitectura que, além da promoção do mercado de projectos dos integrantes e/ou apoiantes de “lobbies” de arquitectos, promove também um certo tipo de linguagem arquitectónica por aqueles produzida mas que é, afinal, o “mainstream” mundialmente divulgado e fielmente seguido nas escolas de arquitectura; nesta arquitectura “mainstream” é ponto de honra o desenho de vãos de comprimento quase infinito, o uso da “high-tech”, seja nos painéis de fachada, seja nos perfis de alumínio quase imperceptíveis e que imitam o aço-inox, seja também no uso da água como espelho que multiplica infinitamente a forma, numa manifestação niilista do autor; em não poucos casos assistimos ao paradoxo de casas construídas em materiais de produção industrial mas que, porque “politicamente correcto”, são revestidas por pedra, por terra, por tijolos ou faixas de

tijolos imitando aqueles, como se o complexo de culpa perseguisse o autor ou o forçasse a disfarçar a sua ignorância no uso de materiais não industriais ou com uma incorporação de mão-de-obra mínima; obviamente que a assumpção de estatuto social conduz quem o tem à “caça” do arquitecto mais cotado no momento, seguro de que a arquitectura saída das suas mãos é passaporte-garantia de reconhecimento social.

Porém, há que reconhecê-lo, os materiais industriais, ou melhor, os materiais com grande incorporação de energia, permitem “arquitecturas audazes”, arquitecturas que passam a ser objecto de cobiça, mesmo por aqueles que, embora cobiçando, não sonham sequer algum dia habitar uma daquelas casas.

Perante este cenário, se queremos promover a arquitectura em terra, e não só aquela que, pela sua ancestralidade, podemos considerar já património arquitectónico-cultural, temos não só de procurar a “forma” que responda aos anseios das pessoas mas, também, promover o conhecimento do material nas escolas onde ensinamos para que os alunos compreendam que a forma não é independente do material e que uma arquitectura em terra é “mais” porque o material é “menos” - usando a expressão mieseniana do “menos é mais” -, é “mais” porque, se é o resultado do saber acumulado durante séculos, é também o resultado de pesquisa no campo dos materiais, das tecnologias a eles inerentes, e porque é ecológica e, por isso, uma arquitectura de futuro, ao contrário daquelas cujos materiais são predadores do ambiente e de consequências futuras imprevisíveis.

Neste sentido, a investigação quer no campo dos materiais, quer no das tecnologias de edificação a eles associados, deve ser impulsionada e tender para realizações práticas que as coloquem ao nível formal daquelas que usam materiais ditos “modernos” e que, ao nível técnico, pelas suas características térmicas, acústicas, de durabilidade e sustentabilidade, facilmente as colocarão como preferenciais no momento de projectar e habitar.

Mas, assim, temos de admitir também que não podemos persistir em modelos do passado, modelos que respondiam a formas de habitar/usar o espaço que não se coadunam com a contemporaneidade, e cujas imagens fazem remontar àquilo que foi recusado: a imagem da pobreza ou, pior, a imagem pitoresca que algumas edificações em terra recentemente construídas propõem. Essas, para a maioria, são imagens/ideias de retorno de que se libertaram ou de urbanos endinheirados em busca de um folclore de fim-de-semana no campo (já tenho dúvidas em chamar-lhe campo), a que a expansão ilimitada das vias rodoviárias permite aceder, já não se medindo em quilómetros essa distância mas, antes, em minutos ou horas, desprezando-se o custo ambiental dessas deslocações.

Creio, pois, que deverá haver algum cuidado na proposição da arquitectura em terra para a edificação em geral e, mais particularmente, para a habitação social, antes que as realizações com este material sejam suficientemente difundidas e divulgadas junto do grande público, à semelhança daquela que é hoje “oferecida” como sinónimo de ascensão social, para que, quando chegar a vez de, ecológica, social e solidariamente, projectarmos em terra para aqueles que socialmente sejam mais carentes, estes não sintam o estigma da pobreza plasmada na terra como material para “casa de pobres” mas, bem pelo contrário, leiam a casa que lhes é destinada como um símbolo de aproximação às classes com maiores recursos.

Embora, em parte, seja já uma imagem do passado, deveremos insistir na investigação de meios e tecnologias de construção com terra que afastem não só o cunho de trabalho “escravo” que constitui a construção com larguíssima incorporação de mão-de-obra de forma artesanal mas também que, face aos custos actuais desta, seja o material a permitir que o custo final não seja demasiado devido aos custos daquela mão-de-obra.

## **Uma experiência de ensino para continuar**

A propósito de materiais, tecnologias construtivas e projecto, gostaria de evocar uma experiência docente que tive ensejo de fazer na Universidade de Évora.

Embora por diferendos internos no Departamento de Arquitectura, no ano lectivo que terminou em Julho tivesse sido docente de disciplinas ligadas directamente à construção e tecnologias de construção, a minha docência, durante 9 anos, foi sempre feita no ensino de Projecto e, no ano lectivo anterior, 2008/2009, tive oportunidade de propor aos alunos de 2º ano a realização de um exercício em que os materiais possíveis de utilizar eram a pedra e a terra, na sua versão taipa.

Quero aqui dar testemunho, não só do entusiasmo com que acolheram a iniciativa, entusiasmo esse manifestado nas visitas que fizemos a edificações tradicionais construídas naquele material, na visita à Feira de Serpa, onde contactaram com a forma de fazer, na experiência, mesmo que básica, do estudo empírico da terra de diversos locais do terreno para onde se dirigia o exercício, mas também das respostas que ensaiaram, fundamentalmente pela compreensão que manifestaram quanto à forma de projectar (o conceito subjugado ao material a utilizar) que, como sabemos, não se trata apenas de engrossar paredes, havendo que pensar na composição do material, na garantia de estabilidade que oferece e no seu cálculo, mesmo que, no 2º ano, de forma ainda incipiente, na geometria das paredes e na geometria final, na protecção da terra, na cobertura e na aproximação formal aos modelos “mainstream” vigentes.

Se bem que louvavelmente, e de formas bem diferentes, as respostas tivessem sido interessantes, o mais interessante para mim foi ter podido levar para o seio de uma disciplina a preocupação e a possibilidade do “pensar” Arquitectura usando a terra. Infelizmente e por norma, pelo menos na Universidade onde ensino, a preocupação com a concretização material das ideias é diminuta, ficando-se estas pela “maquette” em poliestireno.

Tenho esperança que a minha atitude venha a ter resultados a prazo, através dos alunos que participaram na experiência da disciplina de Projecto, assim como através daqueles que, no ano lectivo que terminou, nas disciplinas de Construção, participaram nas experiências que lhes propus de alteração dos materiais originais de projectos “consagrados”, redesenhando-os em materiais ditos “tradicionais”: a pedra, a madeira e a terra.

Do mesmo modo, pretendo no ano lectivo que agora se iniciou ter a possibilidade de ensaiar “work-shops” de construção, em que a terra, nas suas diferentes “manifestações”, seja o protagonista, ao mesmo tempo que o exercício de alteração de projectos “consagrados” se venha a concentrar em exclusivo na terra, com a execução de “maquettes” parciais de grande escala neste material, permitindo uma familiarização do aluno com o material nas suas diferentes formas e nas possibilidades construtivas que oferece.

## **A terra nas suas diferentes manifestações construtivas**

Em geral, quando nos referimos à terra como material de construção, é comum sermos “assaltados” por imagens de taipa que já vimos algures, tanto mais que, é certo, esteticamente é uma imagem apelativa, quer pela cor, quer pela textura, quer ainda pela quase inexistência de juntas: o material contínuo cujas imagens nos são tão próximas, seja pela continuidade das superfícies rebocadas, seja pela continuidade quase infinita que o modernismo nos “vendeu”. Enquanto arquitectos, há que ter em conta também, quanto à continuidade, textura, massa e densidade, as nossas imagens do betão aparente, afinal neste contexto tão próximo da terra.

Contudo, como sabemos, à terra não é só aplicável o estatuto de “betão”. O adobe e o BTC aí estão para disso nos lembrarem, e ambos são uma alternativa “leve”, mais próxima das técnicas de construção detidas por operários menos qualificados, mais “maleáveis” para arquitectos mais “formalistas” e, em geral, mais capazes de gerarem interesse em investidores na produção de materiais ecologicamente mais comprometidos, materiais “amigos do ambiente” e social e economicamente sustentáveis e creio não ser de inviabilizar a possibilidade do uso da terra nas suas versões mais leves como substituto de materiais cuja resposta às exigências ambientais, nomeadamente térmicas e acústicas, são manifestamente insuficientes sem o recurso a soluções de elevado peso financeiro numa obra.

Se, mercê de diversos factores, a que não são alheias a impreparação da mão-de-obra ou a investigação que as duras condições de acesso ao interior do continente induziram ou, ainda, a sismicidade da região, o BTC conhece hoje um nível técnico não despreciando em toda a América do Sul, já o adobe está ainda numa fase menos adiantada, produzindo-se, comparativamente ao anterior, quase que exclusivamente por processos artesanais. Pode-se, se assim o quisermos, aproveitar os excedentes da indústria para o transformar num produto competitivo, mantendo-se, no entanto, fiel aos objectivos de ecologia e sustentabilidade que nos norteiam, e que possa granjear a confiança dos utentes nas qualidades da terra (vd. Todo o tema 3 – Técnicas de construção, investigação e desenvolvimento in “Terra em seminário 2010”, 9º SIACOT).

## **Conclusões**

Neste mundo globalizado e mediatizado, tão importante quanto o ensino e a investigação é a divulgação, com o seu esteio de publicitação e promoção que o mercado global impõe e exige, mesmo que, quando tal se justificar, usando a “agressividade”.

Mas publicitar o quê e de que forma?

Publicitar realizações que sejam paradigmáticas da “nova arquitectura” em terra e não só as suas “virtudes” ecológicas ou social e economicamente sustentáveis e disso temos exemplos, entre outros, do arquitecto Ricardo Higuera ou o recente prémio AAA ao arquitecto Rick Joy.

Promover através de todos os meios que hoje as NTIC proporcionam (e é verdade que, neste campo, já há hoje alguma divulgação, assim queira o net-navegador procurar) mas, fundamentalmente, promover com os mesmos meios – alguns dirão que são velhos, no entanto é o que ainda temos – com que a “outra arquitectura” se promove: as revistas de especialidade ou especialmente dedicadas ao tema. Não para divulgação dos avanços científicos na investigação do material, pois para tal existem já fóruns específicos, mas para divulgação da contemporaneidade que se vai construindo em terra, das qualidades espaciais e ambientais dessas edificação, recorrendo aos mesmo processos que as revistas do “mainstream”, i.e., à fotografia artística, às separatas dos jornais diários e semanais que chegam junto da classe média, média-alta ou alta, e, óbvia e tendencialmente, afastando todas as hipóteses de associar a terra a pobreza e subdesenvolvimento, criando nas classes menos favorecidas a apetência (a necessidade) por também poderem habitar a arquitectura em terra.

Naturalmente que, para obter o grau de exigência que a arquitectura de terra necessita para ser aceite pela sociedade, é necessário que se comece pelo próprio ensino da Arquitectura, transmitindo não só o “know-how” tecnológico mas, sobretudo nas disciplinas de Projecto, induzindo a que os exercícios incorporem esse saber e explorem as condicionantes espaciais e de desenho que o uso deste material impõe, tal como todos os outros materiais hoje à disposição da Arquitectura. Os futuros arquitectos serão, assim, o garante de uma Arquitectura que poderá emparceirar com aquela que hoje nos é “servida” como referência e

não só uma Arquitectura de restauro ou de regresso folclórico, embora falso, a um passado que já não existe mais.

Évora, 05 de Setembro de 2010